

EDITAL n. 23/2022 – SAD/CGE

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS – SAD/CGE/2022, PARA PROVIMENTO EM CARGO DE AUDITOR DO ESTADO, DO QUADRO DE PESSOAL DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO e CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os Editais de n. 1/2022 – SAD/CGE, de 22 de fevereiro de 2022, tornam público, para conhecimento dos interessados, o Espelho de Correção da Prova Escrita Discursiva, correspondente à Fase II do Concurso Público de Provas e Títulos – SAD/CGE/2022, conforme constante no Anexo Único deste Edital.

CAMPO GRANDE-MS, 2 DE JUNHO DE 2022.

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES  
Secretária de Estado de Administração  
e Desburocratização

CARLOS EDUARDO GIRÃO DE ARRUDA  
Controlador-Geral do Estado

ANEXO ÚNICO AO EDITAL n. 23/2022 – SAD/CGE

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS – SAD/CGE/2022, PARA PROVIMENTO EM CARGO DE AUDITOR DO ESTADO, DO QUADRO DE PESSOAL DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

ESPELHO DE CORREÇÃO DA PROVA ESCRITA DISCURSIVA

## CORREGEDORIA

1) Sobre os atos administrativos, diferencie a anulação e a revogação quanto ao conceito e à produção de efeitos.

R.: A anulação consiste na retirada do ato administrativo do ordenamento jurídico por vício de legalidade, isto é, a extinção do ato ocorre em razão de sua expedição em desconformidade com o sistema normativo. Justamente por isso (ilegalidade originária), a anulação produz efeitos ex tunc, que retroagem à data de origem do ato.

Por sua vez, a revogação é a extinção do ato administrativo legal por razões de conveniência e oportunidade (mérito) da Administração Pública. Assim, a revogação pressupõe ato válido, mas que se tornou inconveniente ou inoportuno. Logo, como o ato é legal e produziu efeitos válidos até o momento da sua extinção, a revogação opera efeitos prospectivos (ex nunc), sendo mantidos os efeitos até então produzidos pelo ato revogado.

## DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:	<p>O conhecimento técnico-científico sobre a matéria será apurado com base nos seguintes critérios, cada qual valendo até 1,00 ponto:</p> <p>Conceito de anulação: até [1,00]; Efeitos da anulação: até [1,00]; Conceito de revogação: até [1,00]; Efeitos da revogação: até [1,00]. Total: [4,00 pontos] divididos entre 04 critérios de pontuação.</p> <p>Obs: É dispensável para a obtenção da nota máxima a citação da numeração de artigos ou de súmulas.</p>	0,00 a 4,00
2. Atendimento ao tema proposto:	<p>O atendimento ao tema proposto na questão será apurado com base na seguinte diretriz:</p> <p>Cada critério que o candidato não abordar (ou abordar de maneira incorreta/incompleta) no conhecimento técnico-científico sobre a matéria irá representar um desconto de até 0,50 pontos em relação ao atendimento ao tema proposto na questão.</p> <p>I. Conceito de anulação: até [-0,50]; II. Efeitos da anulação: até [-0,50]; III. Conceito de revogação: até [-0,50]; IV. Efeitos da revogação: até [-0,50].</p>	0,00 a 2,00

2) Em relação à temática da classificação dos crimes, diferencie os crimes causais dos crimes de consumação antecipada e de simples atividade. Por fim, indique em qual das classificações se enquadram os delitos de peculato-apropriação (art. 312, caput, do Código Penal) e prevaricação (art. 319 do Código Penal).

R: Crimes causais (materiais) são aqueles nos quais o tipo penal contém em seu interior uma conduta e um resultado naturalístico, sendo a ocorrência deste último necessário para a consumação.

Noutro giro, os crimes de consumação antecipada (formais) são aqueles em que o tipo penal aloja em seu bojo uma conduta e um resultado naturalístico, mas a ocorrência deste último é dispensável para fins de consumação. Já nos crimes de simples atividade, também denominados de mera conduta, o tipo penal descreve somente o comportamento do agente, sem se preocupar com o resultado naturalístico, motivo pelo qual ele jamais poderá ser verificado.

Destaca-se, enfim, que o delito de peculato-apropriação é classificado como crime causal, já a prevaricação caracteriza-se como crime de consumação antecipada.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:	<p>O conhecimento técnico-científico sobre a matéria será apurado com base nos seguintes critérios, cada qual valendo até 0,80 pontos:</p> <p>Definição de crime causal: até [0,80];</p> <p>Definição de crime de consumação antecipada: até [0,80];</p> <p>Definição de crime de simples atividade: até [0,80];</p> <p>Classificação do delito de peculato-apropriação: até [0,80];</p> <p>Classificação do delito de prevaricação: até [0,80].</p> <p>Total: [4,00 pontos] divididos entre 05 critérios de pontuação.</p> <p>Obs: É dispensável para a obtenção da nota máxima a citação da numeração de artigos ou de súmulas.</p>	0,00 a 4,00
2. Atendimento ao tema proposto:	<p>O atendimento ao tema proposto na questão será apurado com base na seguinte diretriz:</p> <p>Cada critério que o candidato não abordar (ou abordar de maneira incorreta/incompleta) no conhecimento técnico-científico sobre a matéria irá representar um desconto de até 0,40 pontos em relação ao atendimento ao tema proposto na questão.</p> <p>Conceito de crime causal: até [-0,40];</p> <p>Conceito de crime de consumação antecipada: até [-0,40];</p> <p>Conceito de crime de simples atividade: até [-0,40];</p> <p>Classificação do delito de peculato-apropriação: até [-0,40];</p> <p>Classificação do delito de prevaricação: até [-0,40].</p>	0,00 a 2,00

3) À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), discorra acerca da aplicabilidade da Teoria da Encampação ao mandado de segurança, expondo sua finalidade e requisitos.

R.: A Teoria da Encampação, criação doutrinária e jurisprudencial, surge com o objetivo de mitigar a indicação equivocada da autoridade coatora nas ações de mandado de segurança, evitando, assim, extinções sem julgamento de mérito por indicação errônea do agente coator.

Nesse contexto, em homenagem aos princípios da efetividade e da economia processual, o Superior Tribunal de Justiça estabelece que a referida teoria tem aplicabilidade ao mandado de segurança quando restarem configurados, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; b) manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e c) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:	<p>O conhecimento técnico-científico sobre a matéria será apurado com base nos seguintes critérios:</p> <p>Finalidade da Teoria da Encampação: até [1,00];</p> <p>Indicação expressa que os requisitos são cumulativos: até [0,60];</p> <p>Requisito a): até [0,80];</p> <p>Requisito b): até [0,80];</p> <p>Requisito c): até [0,80].</p> <p>Total: [4,00 pontos] divididos entre 05 critérios de pontuação.</p> <p>Obs: É dispensável para a obtenção da nota máxima a citação da numeração de artigos ou de súmulas.</p>	0,00 a 4,00

2. Atendimento ao tema proposto:	<p>O atendimento ao tema proposto na questão será apurado com base na seguinte diretriz: Cada critério que o candidato não abordar (ou abordar de maneira incorreta/incompleta) no conhecimento técnico-científico sobre a matéria irá representar um desconto de até 0,40 pontos em relação ao atendimento ao tema proposto na questão.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Finalidade da Teoria da Encampação: até [-0,40];</li> <li>• Indicação expressa que os requisitos são cumulativos: [-0,40];</li> <li>• Requisito a): até [-0,40];</li> <li>• Requisito b): até [-0,40];</li> <li>• Requisito c): até [-0,40]. Pela não exposição dos elementos relacionados ao tema, autoriza-se a banca a realizar o desconto.</li> </ul>	0,00 a 2,00
----------------------------------	---	-------------

#### FISCALIZAÇÃO EM OBRAS PÚBLICAS

1) O Decreto Estadual nº 15.327/2019 do Mato Grosso do Sul regulamenta a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, para órgãos e entidades estaduais, mediante licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, e dá outras providências. Para os fins do disposto nesse Decreto, defina o significado de "lances intermediários" e cite quais são as partes que constituem o documento denominado "aviso do edital".

R: Conforme o Art. 3º do Decreto 15.327/2019, tem-se que:

Lances intermediários: são lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante;

Aviso do edital é um documento que contém: a definição precisa, suficiente e clara do objeto; a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital; e o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lances intermediários [até 1,50]</li> <li>• Aviso do edital [até 2,50]</li> </ul>	0,00 a 4,00
2. Atendimento ao tema proposto:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lances intermediários [até 0,75]</li> <li>• Aviso do edital [até 1,25]</li> </ul>	0,00 a 2,00

2) No contexto das formas de medições de serviços em obras, qual é o procedimento aplicado no pagamento dos serviços no caso de Empreitada por preço unitário? É aplicado o mesmo procedimento para a Empreitada por preço global? Explique ambas as respostas aos questionamentos.

R: De acordo com as págs 59 e 60 do Manual de Auditoria de Obras Públicas - Parte I da CGU, tem-se:

Na empreitada por preço unitário, cada item de preço unitário é avaliado em quantidades efetivamente realizadas, ou seja, o pagamento dos serviços é feito pela verificação das quantidades efetivamente executadas multiplicadas pelos seus respectivos preços unitários previstos na planilha de contrato. Já para a Empreitada por preço global, o procedimento é diferente, tendo em vista que normalmente a medição é por percentual de execução física dos itens associados a valores pré-determinados no cronograma de execução físico-financeira do contrato.

Fonte: Manual de Auditoria de Obras Públicas - Parte I. Processo de Trabalho e Gestão Paradigma.

Site: [https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/44975/5/Manual\\_de\\_Auditoria\\_de\\_Obras\\_Publicas.pdf](https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/44975/5/Manual_de_Auditoria_de_Obras_Publicas.pdf)

<Acessado em 28/03/2022>.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pagamento em Empreitada por preço unitário [até 2,00]</li> <li>• Pagamento em Empreitada por preço global [até 2,00]</li> </ul>	0,00 a 4,00
2. Atendimento ao tema proposto:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pagamento em Empreitada por preço unitário [até 1,00]</li> <li>• Pagamento em Empreitada por preço global [até 1,00]</li> </ul>	0,00 a 2,00

3) No âmbito de planilhas de orçamento e de cronogramas físico-financeiro de obras a serem fiscalizadas, defina os conceitos de "jogo de planilha" e "jogo de cronograma".

R.: Na seção "Conceito e Siglas" do Manual de Auditoria de Obras Públicas - Parte I da CGU, tem-se:

Jogo de planilha é uma prática fraudulenta em que itens da planilha contratual com preços baixos ou pouco lucrativos têm seus quantitativos reduzidos ou suprimidos, ou quando serviços com preços acima do de mercado têm seus quantitativos aumentados, e/ou a combinação de ambos.

Jogo de cronograma também denominado jogo de planilha na distribuição dos pagamentos no cronograma fi-

sico-financeiro da obra, é a distorção do cronograma físico-financeiro caracterizada pela ocorrência de serviços com sobrepreços nas etapas iniciais do cronograma financeiro e com subpreços nas etapas finais.

Fonte: Manual de Auditoria de Obras Públicas - Parte I. Processo de Trabalho e Gestão Paradigma.

Site: [https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/44975/5/Manual\\_de\\_Auditoria\\_de\\_Obras\\_Publicas.pdf](https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/44975/5/Manual_de_Auditoria_de_Obras_Publicas.pdf)  
<Acessado em 28/03/2022>.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jogo de cronograma [até 2,00]</li> <li>• Jogo de planilha [até 2,00]</li> </ul>	0,00 a 4,00
2. Atendimento ao tema proposto:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jogo de cronograma [até 1,00]</li> <li>• Jogo de planilha [até 1,00]</li> </ul>	0,00 a 2,00

#### TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1) Apresente o conceito e a relação das seguintes terminologias utilizadas em sistemas orientados a objetos: Classes, Objetos, Atributos e Métodos.

R.: Os sistemas orientados a objetos destinam-se a capturar a estrutura e o comportamento dos sistemas de informações em pequenos módulos, que incluem tanto dados como processos. Esses pequenos módulos são conhecidos como objetos. Uma classe é o modelo geral que usamos para definir e criar instâncias específicas ou objetos. Cada objeto é associado a uma classe. Um objeto é uma instanciação de uma classe. Em outras palavras, um objeto é uma pessoa, um local, um evento ou algo sobre o qual desejamos capturar informações. Cada objeto tem atributos que descrevem as informações sobre o objeto e suas características como nome, data de nascimento, endereço e número de telefone de um cliente. Os métodos implementam o comportamento do objeto. Um método é uma ação que um objeto pode realizar. Os métodos são muito semelhantes com uma função ou uma sub-rotina (procedimento ou procedure) em uma linguagem de programação tradicional.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:	<p>Nesta questão, 5 requisitos são definidos para pontuação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar de forma clara e coesa o conceito de classe: ATÉ [0,80]</li> <li>• Apresentar de forma clara e coesa o conceito de objetos: ATÉ [0,80]</li> <li>• Apresentar de forma clara e coesa o conceito de atributos: ATÉ [0,80]</li> <li>• Apresentar de forma clara e coesa o conceito de métodos: ATÉ [0,80]</li> <li>• Apresentar de forma clara e coesa a relação entre as terminologias classes, objetos, atributos e métodos no contexto de sistemas orientados a objetos: ATÉ [0,80]</li> </ul>	0,00 a 4,00
2. Atendimento ao tema proposto:	<p>Cada critério que o candidato não colocou no conhecimento técnico-científico vai representar um desconto em relação ao atendimento ao tema:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não apresentar de forma clara e coesa o conceito de classe: ATÉ [-0,40]</li> <li>• Não apresentar de forma clara e coesa o conceito de objetos: ATÉ [-0,40]</li> <li>• Não apresentar de forma clara e coesa o conceito de atributos: ATÉ [-0,40]</li> <li>• Não apresentar de forma clara e coesa o conceito de métodos: ATÉ [-0,40]</li> <li>• Não apresentar de forma clara e coesa a relação entre as terminologias classes, objetos, atributos e métodos no contexto de sistemas orientados a objetos: ATÉ [-0,40]</li> </ul>	0,00 a 2,00

2) Escreva qual é o conceito para o termo COBIT. Na sequência, apresente a descrição das cinco dimensões consideradas no COBIT: 1 - Alinhamento estratégico; 2 - Entrega de valor; 3 - Gestão de recursos; 4 - Gestão de riscos e 5 - Mensuração de desempenho.

R.: O Control Objectives for Information and Related Technology (COBIT) é uma coleção de melhores práticas baseada em gerenciamento de risco que provê recomendações para o gerenciamento de processos de TI. Ele busca apoiar a governança de TI considerando cinco dimensões:

- Alinhamento estratégico – assegura que exista uma ligação entre objetivos de negócio e objetivos de TI, ou seja, um alinhamento entre metas e resultados do negócio e de TI.
- Entrega de valor – assegura que a TI entregue os benefícios desejados ou esperados pela estratégia.

- Gestão de recursos – assegura que exista uma otimização dos usos dos recursos, tais como aplicações, estruturas e pessoas.
- Gestão de riscos – propicia um claro entendimento da importância da avaliação de riscos para a organização.
- Mensuração de desempenho – registra, monitora e analisa a implementação da estratégia.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:	<p>Nesta questão, 6 requisitos são definidos para pontuação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar o conceito completo para o termo COBIT: ATÉ [1,00]</li> <li>• Apresentar e descrever a dimensão "alinhamento estratégico" no COBIT: ATÉ [0,60]</li> <li>• Apresentar e descrever a dimensão "entrega de valor" no COBIT: ATÉ [0,60]</li> <li>• Apresentar e descrever a dimensão "gestão de recursos" no COBIT: ATÉ [0,60]</li> <li>• Apresentar e descrever a dimensão "gestão de riscos" no COBIT: ATÉ [0,60]</li> <li>• Apresentar e descrever a dimensão "mensuração de desempenho" no COBIT: ATÉ [0,60]</li> </ul>	0,00 a 4,00
2. Atendimento ao tema proposto:	<p>Cada critério que o candidato não colocou no conhecimento técnico-científico vai representar um desconto em relação ao atendimento ao tema:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não apresentar na íntegra o conceito de COBIT: ATÉ [-0,35]</li> <li>• Não citar e apresentar a descrição da dimensão "alinhamento estratégico" no COBIT: ATÉ [-0,33]</li> <li>• Não citar e apresentar a descrição da dimensão "entrega de valor" no COBIT: ATÉ [-0,33]</li> <li>• Não citar e apresentar a descrição da dimensão "gestão de recursos" no COBIT: ATÉ [-0,33]</li> <li>• Não citar e apresentar a descrição da dimensão "gestão de riscos" no COBIT: ATÉ [-0,33]</li> <li>• Não citar e apresentar a descrição da dimensão "mensuração de desempenho" no COBIT: ATÉ [-0,33]</li> </ul>	0,00 a 2,00

3) O SCRUM possui 3 principais artefatos: backlog do produto; backlog do sprint e incremento. Descreva as características de cada um desses artefatos e, na sequência, apresente a relação entre eles.

R.: O backlog do produto é uma lista priorizada de requisitos ou características do artefato que agregam valor de negócio para o cliente. Itens podem ser adicionados ao backlog a qualquer momento com a aprovação do product owner e o consentimento da equipe de desenvolvimento. O product owner ordena os itens no backlog do produto para cumprir as metas mais importantes de todos os envolvidos. O backlog do produto nunca está completo, enquanto o produto evolui para atender às necessidades dos envolvidos. O product owner é a única pessoa que pode decidir encerrar um sprint antecipadamente ou estendê-lo caso o incremento não seja aceito. O backlog do sprint é um subconjunto de itens do backlog do produto selecionado pela equipe do produto para ser completado na forma do incremento de código durante o sprint ativo atual. O incremento representa a união de todos os itens do backlog do produto completados nos sprints anteriores e de todos os itens do backlog a serem completados nos sprints atuais.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:	<p>Nesta questão, 4 requisitos são definidos para pontuação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrever as características do artefato backlog do produto: ATÉ [1,00]</li> <li>• Descrever as características do artefato backlog do sprint: ATÉ [1,00]</li> <li>• Descrever as características do artefato incremento: ATÉ [1,00]</li> <li>• Apresentar a relação entre os principais artefatos do SCRUM: ATÉ [1,00]</li> </ul>	0,00 a 4,00

2. Atendimento ao tema proposto:	<p>Cada critério que o candidato não colocou no conhecimento técnico-científico vai representar um desconto em relação ao atendimento ao tema:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não descrever as características do artefato backlog do produto: ATÉ [-0,50]</li> <li>• Não descrever as características do artefato backlog do sprint: ATÉ [-0,50]</li> <li>• Não descrever as características do artefato incremento: ATÉ [-0,50]</li> <li>• Não apresentar a relação entre os 3 principais artefatos do SCRUM: ATÉ [-0,50]</li> </ul>	0,00 a 2,00
----------------------------------	--	-------------

#### AUDITORIA GERAL

1) Ao final do exercício financeiro, os entes federados estão obrigados à elaboração e publicação de uma série de demonstrações contábeis, em obediência à Lei Federal nº 4.320/1964. Dentre elas, constam o Balanço Orçamentário e o Balanço Financeiro, atualmente com suas estruturas padronizadas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional. Muito além do cumprimento de determinação legal, esses instrumentos permitem aos usuários a extração de informações variadas a respeito de aspectos orçamentários e financeiros da gestão.

Diante do exposto, analise as informações a seguir (dados consolidados da execução orçamentária do Estado de Copérnico, ao fim do exercício de 2021):

#### Receitas Orçamentárias

Alienação de Bens Imóveis .....	28.750,00
Remuneração das disponibilidades .....	6.250,00
Operações de Crédito .....	11.000,00
Receita de Serviços.....	22.450,00
Impostos, Taxas e Contr. de Melhoria .....	102.950,00
Fundo de Participação dos Estados.....	33.650,00

#### Despesas Orçamentárias

Juros e Encargos da Dívida .....	9.800,00
Inversões Financeiras.....	35.700,00
Pessoal e Encargos Sociais.....	82.150,00
Amortização da Dívida.....	29.000,00
Outras despesas correntes – Material de Consumo .....	16.550,00
Investimentos .....	39.350,00

#### Informações adicionais:

- I. Das despesas correntes, 90% foram liquidadas e pagas em 2021. Por sua vez, todas as despesas de capital foram liquidadas e pagas em 2021.
- II. No exercício de 2021, foram pagos R\$ 22.000,00 referentes a Restos a Pagar de obras de pavimentação de rodovias estaduais empenhadas em 2020.
- III. No mês de dezembro/2021, foram efetuadas consignações na folha de pagamentos dos servidores, no valor de R\$ 6.000,00, a serem recolhidas em janeiro/2022.
- IV. Em fevereiro/2021, diante de insuficiência momentânea de caixa, o Estado contratou operação de crédito por antecipação da receita orçamentária no valor de R\$ 7.000,00, liquidando a operação, com juros de 5%, em abril/2021.
- V. Ainda em 2021, a depreciação do Ativo Imobilizado montou em R\$ 4.350,00, e o Estado recebeu três ambulâncias em doação do governo federal, no valor total de R\$ 35.000,00.

Com base exclusivamente nas informações apresentadas:

a) Apure o resultado a ser evidenciado no Balanço Orçamentário do Estado de Copérnico no exercício de 2021, evidenciando os números envolvidos (segregando as receitas e despesas orçamentárias em correntes e de capital) e citando o regime contábil utilizado;

b) Calcule o valor dos recebimentos extraorçamentários a serem evidenciados no Balanço Financeiro de 2021, especificando os números envolvidos e fundamentando a resposta.

(\*Não há necessidade de elaborar toda a estrutura das demonstrações contábeis mencionadas)

R.: a) O regime orçamentário é aquele citado no art. 35 da Lei nº 4.320/64 (receitas arrecadadas e despesas empenhadas). Assim, o resultado a ser evidenciado no Balanço Orçamentário é um déficit anual de 7.500,00, obtido da seguinte forma: receitas correntes (165.300) + receitas de capital (39.750) – despesas correntes (108.500) – despesas de capital (104.050), de acordo com a classificação por natureza constante do MCASP e da Portaria STN/SOF nº 163/2001.

b) De acordo com a estrutura do Balanço Financeiro constante do MCASP e com o art. 103, § único, da Lei nº 4.320/64, os recebimentos extraorçamentários equivalem a 23.850 e são compostos por: RP inscritos 10.850 ( $108.500 \times 0,1$ ); Op. de Crédito por ARO 7.000; e consignações da folha de pagamentos 6.000.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:	<p>O item "a", por carecer de maior fundamentação, equivale a 3 pontos, e é fundamental que o candidato:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• cite o regime de apuração do resultado orçamentário (art. 35 da Lei 4.320/64) – 1 ponto;</li> <li>• segregue as receitas e despesas em correntes e de capital – 1 ponto;</li> <li>• demonstre o resultado de DÉFICIT orçamentário de 7.500,00 – 1 ponto.</li> </ul> <p>O item "b", por ser de menor complexidade, equivale a 1 ponto, sendo fundamental que o candidato:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• demonstre o total de recebimentos extraorçamentários a ser evidenciado no Balanço Financeiro, no valor de 23.850 – 0,5 ponto;</li> </ul> <p>calcule corretamente a quantia dos restos a pagar inscritos no exercício (<math>108.500 \times 0,1 = 10.850</math>) – 0,5 ponto.</p>	0,00 a 4,00
2. Atendimento ao tema proposto:	<p>A não segregação das receitas e despesas em correntes e de capital; a ausência de demonstração do valor do resultado orçamentário (déficit); a ausência de demonstração do valor dos recebimentos extraorçamentários; e a ausência de demonstração da quantia inscrita em restos a pagar no exercício serão consideradas fuga ao tema, acarretando desconto de 0,5 ponto para cada informação faltante. Ainda, a utilização das informações II e V em qualquer dos cálculos solicitados será considerada como fuga grave ao tema (uma vez que dizem respeito a aspectos não constantes dos questionamentos, quais sejam, pagamentos extraorçamentários e contas de natureza patrimonial), acarretando desconto de 1,0 ponto ao candidato que utilizar qualquer uma delas.</p>	0,00 a 2,00

2) No Brasil, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, a Lei Orçamentária Anual estima as receitas e fixa as despesas para um exercício financeiro. No entanto o termo "fixar" não deve ser interpretado de forma absoluta, uma vez que podem surgir fatos imprevistos ou circunstâncias que requeiram alterações nas dotações orçamentárias que serão levadas a efeito pelo gestor através dos *créditos adicionais*.

Com base no exposto:

- Conceitue os créditos adicionais suplementares e especiais, fundamentando a resposta na legislação aplicável;
- Enumere as fontes para abertura de créditos previstas especificamente na Lei nº 4.320/1964.

R.: a) De acordo com o art. 41 da Lei nº 4.320/1964, os créditos adicionais suplementares são aqueles destinados a reforço de dotação orçamentária já prevista na Lei Orçamentária Anual, mas insuficientemente dotadas, enquanto os créditos especiais são destinados a despesas para as quais não haja dotação específica, por exemplo, novos programas ou ações governamentais.

b) De acordo com o art. 43, consideram-se fonte de recursos para abertura de créditos adicionais: a) o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior; b) o excesso de arrecadação do exercício; c) os provenientes de anulação de dotações; e d) o produto de operações de crédito autorizadas.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos

1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:	<p>Quanto ao item "a", que equivale a 2 pontos, é necessário que o candidato conceitue os créditos suplementares (1 ponto) e especiais (1 ponto) de acordo com a Lei nº 4.320/1964. Considerações doutrinárias adicionais não serão levadas em conta na pontuação desse aspecto, mas serão consideradas na avaliação do aspecto 3.</p> <p>Quanto ao item "b", que também equivale a 2 pontos, é necessário que o candidato enumere (em qualquer ordem) as fontes previstas no art. 43, §1º, incisos I a IV da Lei nº 4.320/1964 (cada fonte corretamente citada equivalerá a 0,5 ponto nesse aspecto).</p>	0,00 a 4,00
2. Atendimento ao tema proposto:	Citar a Lei nº 4.320/1964 (não é necessário citar os artigos específicos envolvidos) e atender aos comandos requeridos para não ter nota descontada neste aspecto.	0,00 a 2,00

3) A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – estabelece limites e critérios para a condução responsável das finanças dos entes federados, com especial atenção para a dívida pública e a geração de despesas. Um dos instrumentos de transparência previstos na LRF que permite o acompanhamento da regularidade da gestão é o RGF – Relatório de Gestão Fiscal que, dentre outras informações, evidencia a obediência aos limites relativos à despesa total com pessoal.

Tomando como referência o trecho apresentado, analise as informações a seguir (dados consolidados de todos os Poderes do Estado de Sacramento, de 01/01/2021 a 31/12/2021):

Receita Corrente Líquida (RCL)..... 4.200.000,00  
 Despesas com Pessoal Ativo..... 1.800.000,00  
 Contribuição Previdenciária Patronal..... 260.000,00  
 Inativos e Pensionistas ..... 270.000,00  
 Outras Desp. com Pessoal – Terceirização de Servidores (art. 18, §1º, LRF) 148.000,00  
 \* considere que todas as despesas tenham sido empenhadas e liquidadas em 2021.

De acordo com as informações apresentadas:

- a) Apresente o valor da Despesa Total com Pessoal do Estado de Sacramento em 2021, conforme os critérios estabelecidos pela LRF;
- b) Apure o percentual da Despesa Total com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida do Estado, comparando com o limite total estabelecido pela LRF. Feito isso, conclua se o Estado de Sacramento está no limite de alerta, no limite prudencial ou ultrapassou o limite total de gastos com pessoal;
- c) Com base no percentual verificado em "b", cite duas medidas preventivas ou vedações impostas pela LRF ao Poder que tiver incorrido no excesso.
- R.: a) A Despesa Total com Pessoal do Estado de Sacramento em 2021 equivale ao somatório de todas as despesas apresentadas (2.478.000,00), de acordo com o art. 18, caput e § único da LRF (não há deduções/exclusões).  
 b) 2.478.000,00/4.200.000,00 equivale a 59% da RCL, o que coloca o Estado dentro do limite prudencial de gastos com pessoal, uma vez que está acima de 95% do limite total de 60% (ou seja, está acima de 57% da RCL).  
 c) O art. 22, § único da LRF, estabelece que se a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite, é vedado ao Poder que houver incorrido no excesso: a) criar cargo, emprego ou função; b) alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa; c) conceder aumento ou reajuste (há exceções); d) prover cargo público ou admitir pessoal (há exceções); e e) contratar horas extras (há exceções).

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:	<p>Quanto ao item "a", que equivale a 2 pontos, deverá constar expressamente o valor de 2.478.000,00 (somatório de todas as despesas apresentadas – não há nenhuma dedução).</p> <p>Quanto ao item "b", que equivale a 1,5 ponto, o candidato deverá citar que o percentual da DTP sobre a RCL é de 59% e o Estado encontra-se na faixa de limite prudencial (acima de 95% do limite total de 60% da RCL).</p> <p>O item "c" equivale a 0,5 ponto, bastando ao candidato citar duas das cinco vedações constantes do art. 22, § único da LRF. Nas vedações onde há exceções, se citadas, basta mencionar que elas existem, caso contrário haverá desconto de 0,25 ponto.</p>	0,00 a 4,00
2. Atendimento ao tema proposto:	O candidato que citar a LRF e atender aos comandos requeridos não terá nota descontada nesse aspecto (não é necessário citar artigos e parágrafos específicos). No item "c", a citação de apenas uma medida preventiva acarretará desconto por fuga ao tema de 0,25 ponto.	0,00 a 2,00